BAHIA ANÁLISE & DADOS

SALVADOR • v.23 • n.3 • JUL.-SET. 2013 ISSN 0103 8117

NORDESTE: PERSPECTIVAS E ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO



publicações SEI


M.S.C.

BAHIA ANÁLISE & DADOS



ISSN 0103 8117

Bahia anál. dados	Salvador	v. 23	n. 3	p. 487-681	jul./set. 2013

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

Bahia GOVERNO TERRA DE TODOS NÓS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

Governo do Estado da Bahia
Jaques Wagner

Secretaria do Planejamento (Seplan)
José Sergio Gabrielli

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
José Geraldo dos Reis Santos

Diretoria de Indicadores e Estatística (Distat)
Gustavo Casseb Pessoti

BAHIA ANÁLISE & DADOS é uma publicação trimestral da SEI, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento. Divulga a produção regular dos técnicos da SEI e de colaboradores externos. Disponível para consultas e download no site http://www.sei.ba.gov.br. As opiniões emitidas nos textos assinados são de total responsabilidade dos autores. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e na *Library of Congress* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conselho Editorial
Ângela Borges, Ângela Franco, Ardemirio de Barros Silva, Asher Kiperstok, Carlota Gottschall, Carmen Fontes de Souza Teixeira, Cesar Vaz de Carvalho Junior, Edgard Porto, Edmundo Sá Barreto Figueirôa, Eduardo L. G. Rios-Neto, Eduardo Pereira Nunes, Elsa Sousa Kraychete, Guaraci Adeodato Alves de Souza, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, José Geraldo dos Reis Santos, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Lino Mosquera Navarro, Luiz Filgueiras, Luiz Mário Ribeiro Vieira, Moema José de Carvalho Augusto, Mônica de Moura Pires, Nádia Hage Fialho, Nadya Araújo Guimarães, Oswaldo Guerra, Renato Leone Miranda Léda, Rita Pimentel, Tereza Lúcia Muricy de Abreu, Vitor de Athayde Couto

Conselho Temático
Carlos Brandão (UFRJ)
Jair do Amaral (UFCE)
José Vergolino (FBV)
Livio Wanderley (UFBAI)

Coordenação Editorial
Gustavo Pessoti
Urandi Paiva

Coordenação de Biblioteca e Documentação (Cobi)
Normalização
Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Coordenação de Disseminação de Informações (Codin)
Ana Paula Porto

Editoria-Geral
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria Adjunta
Patricia Chame Dias

Padronização e Estilo
Elisabete Barretto
Ludmila Nagamatsu

Revisão de Linguagem
Laura Dantas (port.)

Editoria de Arte
Ludmila Nagamatsu

Capa
Julio Vilela

Editoração
Rita de Cássia Assis

Bahia Análise & Dados, v. 1 (1991-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2013.
v.23
n.3
Trimestral
ISSN 0103 8117

CDU 338 (813.8)

Impressão: EGBA
Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., nº 435, 2º andar – CAB
CEP: 41.745-002 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115-4822 / Fax: (71) 3116-1781
sei@sei.ba.gov.br
www.sei.ba.gov.br



SUMÁRIO

Apresentação 491

O Nordeste presente de Rômulo Almeida 495
Introdução: A descoberta do Nordeste
Fernando Pedrão
Sugestões para um novo modelo de desenvolvimento do Nordeste
Rômulo Almeida

O (res)surgimento da Sudene: uma nova proposta de planejamento regional? 509
Marizângela Aparecida de Bortolo
Nathan Belcavello de Oliveira
Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Economia regional e abertura comercial: acumulação capitalista no território brasileiro e nordestino (1991-2011) 529
Wallace da Silva de Almeida
Denílson da Silva Araújo

Desenvolvimento municipal e eficiência dos gastos públicos na Bahia: uma análise do IFDM a partir da metodologia DEA 553
Gabriel Teixeira Ervilha
Frederick Fagundes Alves
Adriano Provezano Gomes

Desenvolvimento territorial: a experiência do Território do Sisal na Bahia 567
Filipe Prado Macedo da Silva

Inserção internacional, transformações estruturais, (des)concentração espacial:uma análise para economia baiana 587
Fernanda Calasans Costa Lacerda
Gustavo Casseb Pessoti
Josias Alves de Jesus

Índice de Desempenho Fiscal Municipal, uma análise para os municípios nordestinos 613
Daniela Lima Ramos
João Paulo Caetano Santos
Rafael Cardoso Cunha
Greisiele Conceição Nascimento

Gastos em inovação na indústria brasileira e os efeitos sobre o *market share* regional do Sicoob na Bahia 633
Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida
Paulo Fernando de Moura B. C. Filho

Desequilíbrios regionais, entraves ao desenvolvimento econômico e social do Nordeste e pesquisa tecnológica 653
Amílcar Baiardi
Fabihana Mendes
Januzia Mendes

As regiões de crescimento no Nordeste: o caso de Santa Cruz do Capibaribe 671
Eloisa Helena de Souza Cabral
Lucas Bispo de Oliveira Santos
Ramom Pereira da Silva Machado

Foto: Santaluz/Agecom

BAHIA
ANÁLISE & DADOS

O (res)surgimento da Sudene: uma nova proposta de planejamento regional?

*Marizângela Aparecida de Bortolo**
*Nathan Belcavello de Oliveira***
*Fernando Luiz Araújo Sobrinho****

* Doutoranda e mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). maribortolo@gmail.com
** Mestrando em Geografia pela Universidade de Brasília (UNB) e graduado em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal. nathan.oliveira@cidades.gov.br, belcavello@aluno.unb.br
*** Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UNB). Professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (UNB). flasobrinho@unb.br

Resumo

A seca e as desigualdades espaciais (sociais, econômicas e territoriais) da Região Nordeste do Brasil são objeto do escrutínio de pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento e também da ação técnica e política, seja com o intuito de solucioná-las ou delas tirar algum tipo de proveito. Entre estas ações destacam-se a criação e a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Este trabalho procura analisar a trajetória de atuação da Sudene e seu desdobramento no espaço regional, buscando aspectos positivos e negativos do processo para uma crítica da atual proposta de planejamento e ação da superintendência.
Palavras-chave: Nordeste. Sudene. Planejamento regional. Semiárido nordestino. Seca.

Abstract

The drought and spatial inequalities (social, economic and territorial) of the northeastern Brazil are the object of scrutiny by researchers from different fields of knowledge as well as technical and political action, whether in order to resolve them or take them advantage. The creation and performance of the Northeast Development Superintendence (Sudene) highlight among these actions. This paper analyzes the trajectory of Sudene's performance and it's deployment in regional space, seeking positive and negative aspects of the process for a review of the current planning proposal and action of Superintendence.
Keywords: *Northeast. Sudene. Regional planning. Semiarid northeast. Drought.*

INTRODUÇÃO

Criada para o enfrentamento das desigualdades espaciais (sociais, econômicas e territoriais) da Região Nordeste brasileira, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) encontra-se diretamente ligada ao processo de desenvolvimento desta região em seus mais de 50 anos de trajetória conturbada, que perpassaram, inclusive, uma década de extinção.

Insere-se também na lógica de atuação do Estado enquanto fomentador de políticas públicas econômicas com forte vínculo territorial, maiormente a implantação de infraestruturas territoriais de produção.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo a análise das dificuldades enfrentadas pelo planejamento regional inserido na criação e no desenrolar das atividades, na extinção e no (res)surgimento da Sudene, buscando verificar seus desdobramentos em seu território de atuação, o Nordeste brasileiro.

Para tal, o texto divide-se em quatro partes. Primeiramente contextualiza a criação desta superintendência, bem como sua concepção inicial. Em seguida, realiza uma análise regional e também pontual de resultados da atuação da Sudene. Na terceira parte, verifica o contexto que levou à extinção deste órgão e como foram tratadas as atividades que estavam sob sua direção. Como considerações finais, são analisados o (res)surgimento da Sudene e sua contemporânea atuação.

A SUDENE E A QUESTÃO NORDESTINA: UMA BREVE TRAJETÓRIA INICIAL

O desenvolvimento econômico e social e a busca pelo enfrentamento das dinâmicas espaciais (tanto sociais quanto ambientais) próprias da região que há 45 anos passou a conformar o denominado Nordeste – delimitado pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, como apontado por Andrade (1986)[1] – e, principalmente, do chamado semiárido nordestino, também conhecido como Polígono das Secas (incluindo o norte de Minas Gerais), são uma problemática desde o início do Estado brasileiro.

A questão das secas e de seu flagelo social é algo enraizado no inconsciente coletivo brasileiro, remontando ao século XIX, conforme pode-se ver nas figuras 1 a 3. Ainda no período imperial, foi criada uma comissão cujo objetivo era propor soluções para o problema. Dentre as soluções que foram sugeridas à época, têm-se: o desenvolvimento dos transportes e a construção de açudes e a transposição do Rio São Francisco (DINIZ, 2009, p. 233). Tais medidas buscavam enfrentar meramente o problema das secas por meio de ações localizadas e de forma emergencial. Fato que prevaleceu até o final da década de 1940, tendo como base de sustentação desse modelo a criação da antiga Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) durante o Império, transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1906, e em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em 1945.

De acordo com Costa (2000), apenas com a chegada de Juscelino Kubitscheck à Presidência é que teve início um esforço de planejamento do Nordeste com foco econômico-regional. Para isso, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chefiado pelo economista Celso Furtado, que tinha uma visão crítica sobre o tratamento dado à "questão nordestina" até então. Como menciona Bacelar (2000, p. 75), o economista apontava que a política econômica de então, baseada no

[1] O autor salienta que antes de 1968, data em que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota a divisão das grandes regiões brasileiras hoje vigentes, o denominado Nordeste perfazia um corolário de recortes que agrupavam, dependendo do autor, desde somente os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, a outros que o consideravam até o Piauí e o Maranhão, e ainda àqueles que o estendiam para o Sergipe, indo até o Recôncavo, conforme a classificação do Conselho Nacional de Geografia de 1941, partindo o estado da Bahia; e também os que consideravam-no a partir do Polígono das Secas (ANDRADE, 1986, p. 22-23).



Cartograma 1
Área de atuação da Sudene em 1959

Fonte: Elaboração própria a partir de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

incentivo à industrialização (concentrada no Sudeste e com um câmbio favorável ao produto nacional), "vista da dimensão espacial, era ampliadora das desigualdades regionais". Além disso, focando no Nordeste, desconstruía o discurso operante à época de que "o Nordeste vai mal por causa da seca".

> Furtado afirma o contrário: o problema do Nordeste não é a seca, é a reconfiguração do desenvolvimento brasileiro e como a região está se inserindo nela [...] [e] a seca, o fenômeno social das secas, é consequência dos problemas do Nordeste. A causa é a estrutura socioeconômica e política montada, há séculos, nessa região. A causa do atraso do Nordeste está na sua formação histórica (BACELAR, 2000, p. 76).

Com essa premissa, o grupo presidido por Celso Furtado elaborou um diagnóstico propositivo sistematizado no documento intitulado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (BRASIL, 1967), cuja orientação principal era a proposta de industrialização para o Nordeste, com base em transformações regionais na estrutura fundiária e na reorganização da agricultura.

a) Órfão da seca



"Triste orphão da ventura
Só dores no mundo achei
Dá-me oh ! Deus a sepultura
Onde a paz encontrarei !"

b) Crianças flageladas



c) Pai e filho



"O filho, como uma fúria
Ergue-se e um pão pedio!
Pobre pae, ante a penúria
Tremeu de fome e cahio !"

Figura 1
Fotografias dos flagelados da seca de 1877 e 1878 – Ceará

Fonte: Fotografias de Corrêa (1877-1878 – figuras a,c) e Biblioteca Nacional (1877-1879 – figura b).

A proposta de desenvolvimento econômico regional representava apenas uma das diversas questões que envolviam a realidade desigual do Nordeste brasileiro em meados da década de 1950. Outros fatores devem ser destacados para se compreender a dimensão política que permeava as desigualdades regionais na época. Segundo Colombo (2012, p. 11), configurava-se nesse período um momento favorável à implementação de políticas de desenvolvimento regional, especialmente na região em tela, já que "não somente uma nova estrutura econômica se reorganizava no país, como uma emergência de novos atores políticos, especialmente no Nordeste [...]".

O estudo realizado pelo grupo de trabalho citado anteriormente destacava, em uma análise profunda, a questão da seca e sua intensidade, procurando analisar as razões de uma crise de produção, que nem chegava a ser de grande magnitude, mas que detinha aspectos sociais tão graves (COLOMBO, 2012).

> O projeto governamental explicitado no GTDN ainda almejava atingir outros objetivos de grandes dimensões na região, como a difusão de tecnologia moderna, formação de uma nova mentalidade empresarial, criação de uma estrutura industrial menos dependente de importações e com maior concatenação local, modernização da agricultura local e intensificação de relações capitalistas de produção no campo, aumento da oferta de gêneros alimentícios mediante uma política de fomento à agricultura irrigada nos vales úmidos do litoral e às margens do São Francisco, ampliação da oferta de energia elétrica (além de incentivos à pesquisa em outras modalidades de energia, como eólica e solar), melhoria dos níveis de educação e saúde da população, e, por fim, incentivo à pesquisa em recursos naturais (vegetais e minerais, principalmente). Como se pode ver, a proposta do GTDN tinha uma concepção estruturalista ao visualizar mudanças profundas na economia nordestina sem, no entanto, explicitar a correlação de forças em que

> a industrialização regional deveria se apoiar (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004, p. 103).

A realidade é que, em meio a um jogo político articulado entre as oligarquias agrárias locais e a classe política nordestina, foi criada a Sudene, em 1959, pela Lei nº 3.692 (BRASIL, 1959), subordinada diretamente à Presidência da República.

Contudo, havia um impasse instaurado entre a proposta de industrialização defendida pelo governo para a região e a necessidade daqueles grupos locais que defendiam o combate às secas como prioridade. Como salienta Furtado (2009, p. 8), "tratava-se de um esforço de coordenação, de um ataque global ao problema para evitar que verbas e interesses muito particulares continuassem a se perder em terreno movediço". É em meio a esse contexto que a proposta inovadora conduzida pelo grupo de trabalho esbarra em interesses conservadores locais que questionavam não apenas a viabilidade do projeto, mas a sua concepção e o modelo de desenvolvimento regional, fato que acarretou uma série de conflitos envolvendo o governo federal e o Congresso Nacional, responsável pela aprovação e a liberação de recursos financeiros.

O principal questionamento referia-se às propostas dos Planos Diretores Plurianuais, instrumentos de planejamento concebidos para a atuação da Sudene. O primeiro Plano Diretor Plurianual (1961 a 1963) estava voltado para a estruturação da infraestrutura industrial, além de ações que visavam à melhor utilização do solo agrícola nordestino e de sistemas para o melhor aproveitamento dos recursos hídricos. Por meio dele foram desenvolvidas ações e pesquisas em parceria com as Nações Unidas, a partir da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que serviram como base técnica para a implementação da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco (RIBEIRO, 2010, p. 80).

O segundo Plano Diretor Plurianual (1963 a 1965) trazia uma proposta ousada para melhorar a infraestrutura territorial do Nordeste, bem como a abertura dos incentivos fiscais para capitais estrangeiros, sendo essas as maiores conquistas desse plano. Mas o ponto de maior questionamento envolvia a proposta de aumento da produtividade agrícola por meio da reestruturação fundiária nas áreas úmidas, o que inevitavelmente levaria a uma alteração na estrutura fundiária regional. Nesse sentido, houve um processo de esvaziamento e boicote às ações propostas pela Sudene durante a gestão de Celso Furtado como superintendente, de 1959 a 1964 (COLOMBO, 2012). Para Colombo (2012), esse foi o plano que efetivamente detinha uma preocupação com a realidade desigual vivida pela região e que visava estabelecer uma política regional para a região. O plano também previa a criação de um sistema de incentivos fiscais e mercado de ações, sendo o primeiro implantado entre os anos de 1961 a 1964, conhecido como 34/18, baseado na concessão de incentivos fiscais com deduções no Imposto de Renda[2].

Para o terceiro Plano Diretor Plurianual (1966-1968), as realidades política e econômica do Brasil fizeram com que houvesse a diminuição dos incentivos e investimentos para a região. Esse período foi marcado pela saída do Nordeste do foco econômico, com a Sudene passando a ficar vinculada ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, e não mais à Presidência da República (RIBEIRO, 2010, p. 82).

O quarto Plano Diretor Plurianual (1969-1973) foi criado nesse contexto, tendo como alvo primordial o desenvolvimento nacional. Por isso foi elaborado de acordo com as diretrizes recomendadas pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED). Com isso, toda e qualquer política que se dirigisse à Região Nordeste deveria estar organizada dentro de um planejamento maior, não sendo a região mais o foco principal. Assim, foi lançado em 1972-1974 o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, dentro do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND II) que, como todos os outros planos instaurados ao longo dos anos de 1980 e 1990, se limitou ao

[2] As pessoas jurídicas poderiam optar pelo desconto de metade do Imposto de Renda devido, disponibilizando-o para investimentos em setores e projetos prioritários na região (CARVALHO, 2006).

acompanhamento e à avaliação das medidas propostas para o Nordeste (RIBEIRO, 2010, p. 87). Uma tentativa de resgatar o prestígio desse fundo, entre 1974 e 1990, foi o lançamento do segundo sistema de incentivo fiscal conhecido por Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)/Ações, cuja principal mudança é o *status* de cotista atribuído ao contribuinte.

Apesar das medidas adotadas, estas não foram suficientes e obrigaram o lançamento do terceiro sistema de incentivo fiscal, feito pelo então presidente Fernando Collor de Melo, com o objetivo de reposicionar os investimentos a partir de um modelo chamado Finor-Debêntures[3], que perdurou de 1991 a 2001.

Apesar de todo o esforço, as medidas não se mostraram eficientes para reduzir as desigualdades industriais entre a Região Nordeste e as demais regiões brasileiras. Para Carvalho (2006), a essa realidade podem ser relacionados dois motivos principais: problemas no próprio sistema de incentivos, como as altas taxas cobradas pelas corretoras, e o baixo valor das ações das empresas do sistema, com o atraso nas liberações dos financiamentos, refletindo na finalização dos empreendimentos.

ALGUNS RESULTADOS

Apesar dos entreveros, principalmente relacionados à implementação do planejamento concebido por Celso Furtado, são percebidos alguns resultados no desenvolvimento econômico do Nordeste nesse primeiro período de atuação da Sudene, mesmo que não revertidos completamente à diminuição da desigualdade social, à distribuição de renda e à reestruturação fundiária.

O Nordeste apresentou dinamismo econômico semelhante às médias nacionais, chegando a superá-las entre 1970 e 1989, considerando-se os

Tabela 1
Médias de taxa anual de crescimento do PIB real do Nordeste e do Brasil e de participação percentual do PIB do Nordeste no do Brasil 1947-1999

Período	Nordeste	Brasil	Participação PIB NE / Brasil (%)
	Taxa (%)	Taxa (%)	
1947-1949	3,8	6,5	14,9
1950-1959	6,5	6,6	13,3
1960-1969	4,9	5,4	14,3
1970-1979(1)	8,7	8,6	11,6
1980-1989(2)	4,5	3,4	13,8
1990-1999	1,6	1,5	13,9

Fontes: Adaptado de Azzoni (1997), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (1999) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013).
(1) Média de participação percentual dos anos de 1970 e 1975.
(2) Desconsiderando-se as taxas de crescimento e as participações percentuais dos anos de 1981 a 1984, não localizadas.

decênios desde a criação da Sudene até os anos de 1990, de acordo com as informações sobre as taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real do Nordeste e do Brasil, dispostos na Tabela 1. Principalmente em momentos de crise econômica, como os anos de moratória da dívida externa, hiperinflação e confisco das poupanças, ocorridos nas décadas de 1980 e 1990, a região conseguiu superar a média de crescimento nacional. Em muito esta dinâmica coincide com a implementação dos projetos concebidos nos sucessivos instrumentos de planejamento da Sudene.

Contudo, percebe-se que a média de participação percentual do PIB do Nordeste e no do Brasil se mantém por volta de 14%, excetuando-se a década de 1970, provavelmente por considerar os dados dos anos de 1970 e 1975, únicos disponíveis no momento da realização deste trabalho. Essa informação nos remete à contradição intrínseca na proposta de planejamento regional que deu origem à Sudene e sua implementação fática. Conforme salientado por Almeida e Araújo (2004), o documento gestado pelo GTDN demonstrava claramente um planejamento regional que visava à industrialização, partindo da substituição de importações para o Nordeste, inclusive de outras regiões do país, tornando sua dinâmica mais autônoma em relação ao restante do Brasil. Entretanto,

[3] Com ele era possível escolher entre duas formas de investimentos, a primeira de maneira não vinculada, diretamente no Finor e também vinculada, por meio de investimentos em projetos próprios; e a segunda com investimentos não somente em ações, mas também na compra de títulos da dívida pública, os chamados debêntures.

> [...] patrocinado pelos investimentos estatais, o movimento de integração econômica realizou a passagem do domínio da *articulação* meramente *comercial* entre as regiões brasileiras, predominante nas décadas anteriores, para a *integração produtiva* e a incorporação físico-territorial da era Sudene, agregando a dinâmica nordestina às tendências gerais da economia nacional. Essa trajetória foi aberta com a *fase inicial de expansão*, nos anos 1960, quando beneficiado, em parte, pelo planejamento regional, recebeu investimentos básicos, sobretudo em rodovias e energia elétrica [...]. Nos anos 1970, apoiado pelo "milagre econômico" e pelos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) vem a *fase de continuidade do crescimento*, na qual os investimentos de infraestrutura foram complementados pelos empreendimentos produtivos, principalmente os industriais [...] (CARVALHO, C., 2008, p. 10).

Ou seja, "a industrialização do Nordeste, antes programada para ser funcional ao mercado regional, inverteu-se completamente, passando a ter concatenação direta com o sistema nacional" (CARVALHO, F., 2008, p. 33).

Por sua vez, o embate político que impediu a execução completa do planejamento pensado por Celso Furtado e o GTDN também se mostra presente na questão fundiária, assim como sopesado no capítulo anterior. Diante das informações das tabelas 2 e 3, percebe-se que o período de atuação da Sudene foi marcado pelo aumento da concentração fundiária, promovida, em parte, pelo próprio processo de industrialização da economia regional e, em parte, pelo processo de modernização conservadora da produção agrícola. Os registros das tabelas supracitadas demonstram que há uma tendência de piora no índice de Gini[4] relacionada à estrutura fundiária *pari passu* ao aumento da participação do setor industrial na composição do PIB do Nordeste, com uma leve desconcentração juntamente com o declínio da indústria em 1995.

Para este mesmo período, percebe-se que há um aumento crescente em termos de desigualdade (vide Tabela 3), inclusive superando o índice de Gini sobre distribuição de renda do país. Nas palavras de Cícero Carvalho (2008, p. 11), "enquanto a economia crescia a taxas mais altas que a média nacional, o coeficiente de Gini, refletindo o modelo econômico adotado, teve um desempenho contrário [...]".

Em análise panorâmica, pode-se dizer que os benefícios do planejamento regional econômico pensado a partir da Sudene, dadas as interferências políticas e seus desdobramentos na execução, a uma só se concretizou benéfico em termos econômicos e, se não prejudicial, potencializador das desigualdades socioeconômicas do Nordeste.

Tabela 2
Composição do PIB do Nordeste segundo os setores econômicos – 1960-1999

Setores econômicos	Composição do PIB (%)						
	1960	1965	1975	1985	1990	1995	1999
Agropecuário	41,0	29,1	23,9	16,2	14,4	12,6	9,7
Industrial	12,0	23,1	27,6	30,1	28,2	23,8	26,0
Serviços	47,0	47,8	48,5	53,7	57,4	63,6	64,3

Fonte: Adaptado de Almeida e Araújo (2004, p. 116).

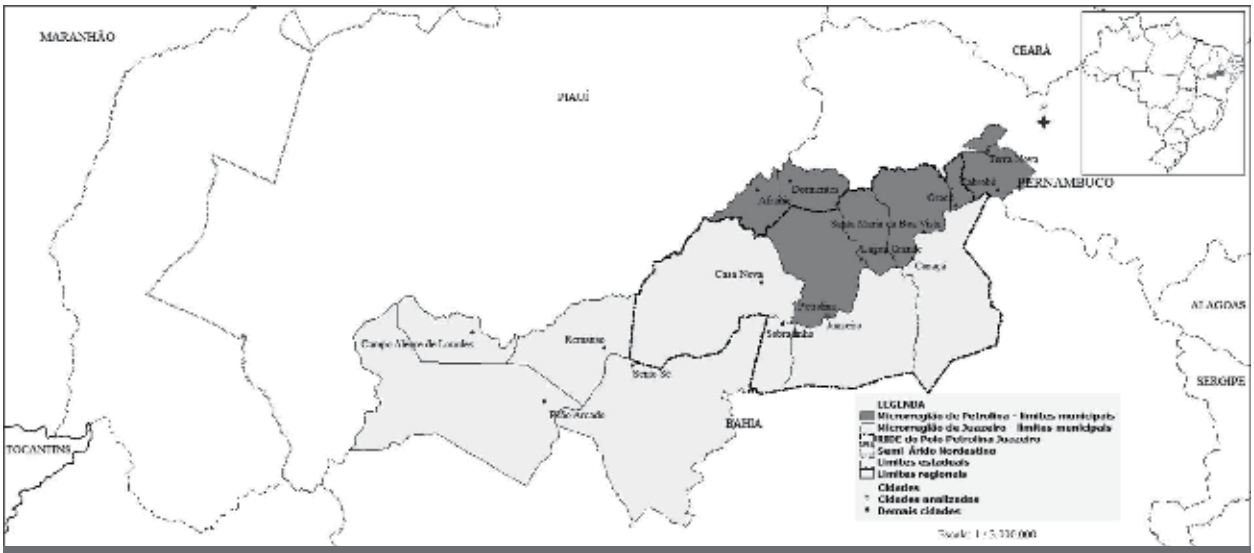
Todavia, para algumas parcelas do território nordestino, a atuação da Sudene mostrou-se dinamizadora, estabelecendo novos rumos, tirando-as da estagnação, mas também introduzindo novas formas de desigualdades. É o caso, em distintos tempos,

[4] Índice elaborado para aferição do equilíbrio da distribuição de um fator em um universo de análise. Quanto mais próximo de um mais desigual a distribuição, e quanto mais próximo de zero mais equilibrada a repartição. Esse índice foi inicialmente utilizado para análise da distribuição de renda da população, mas também foi empregado para avaliação da concentração fundiária.

Tabela 3
Índices de Gini sobre distribuição de renda e estrutura fundiária – Nordeste e Brasil – 1950-1995

Anos	Nordeste		Brasil	
	Renda	Fundiário	Renda	Fundiário
1950	-	0,849	-	0,840
1960	-	0,845	-	0,839
1970	0,596	0,854	0,639	0,843
1975	-	0,862	-	0,854
1980	0,618	0,861	0,611	0,857
1985	-	0,869	-	0,857
1990	0,622	-	0,602	-
1995	-	0,859	-	0,856

Fonte: Adaptado de Almeida e Araújo (2004, p. 116).



Cartograma 2
Polo Petrolina Juazeiro

Fonte: Elaboração própria a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

do polo conformado por Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia; e de Camaçari e Dias D'Ávila, na Região Metropolitana de Salvador.

Juazeiro e Petrolina e a agricultura irrigada

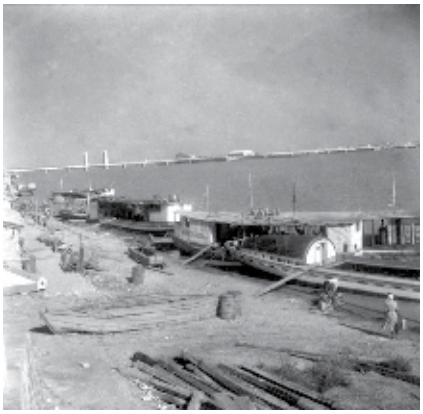
A região polarizada pelos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) (vide Cartograma 2), estando no centro do semiárido nordestino, mas cortada pelas águas do Rio São Francisco, foi, logo de início, principal foco de ação do plano traçado pelo GTDN. Este visava, por meio do aproveitamento do potencial de irrigação em plena caatinga, a dois objetivos expressados no documento elaborado pelo referido grupo: a reorganização da economia do semiárido, com a redistribuição da população (colonização) que sofria o flagela da seca; e o abastecimento de gêneros alimentícios dos centros urbanos nordestinos (BRASIL, 1967).

A agricultura sertaneja de então, conforme descreve Andrade (1986, p. 155), apresentava-se como de subsistência e à "sombra dos 'currais', devido à grande distância que separava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas".

> Ocupava a agricultura pequenas áreas, uma vez que era feita visando ao abastecimento da população de cada "curral", e nos locais mais



a) Cidade de Juazeiro a partir do Rio São Francisco



b) Porto de Juazeiro



c) Ponte Rodoferroviária Presidente Dutra ligando Juazeiro a Petrolina



d) Cidade de Petrolina

Figura 2
Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) – 1957-1962

Fonte: Fotografias de Jablonsky (1957 – figuras a, c; 1962 – figuras b, d).

> úmidos, mais favoráveis, onde os solos eram mais espessos, como os leitos dos rios e as lagoas secas; cultivavam também o leito do Rio São Francisco e seus afluentes, à proporção que o baixar das águas deixava descobertas as "praias" e ilhas; eram, portanto, culturas de vazante (ANDRADE, 1986, p. 155.).

Mesmo possuindo alto potencial para a produção agrícola, como nos aponta Silva (2007), carências de infraestrutura, sobremodo de transportes e de energia, impediam seu pleno desenvolvimento. Neste cenário, até a década de 1950, Petrolina e, principalmente, Juazeiro (figura 2 ''a'', ''b'' e ''d''), por causa da extensão da ferrovia que as ligava a Salvador, destacavam-se mais como entrepostos fluviais de distribuição dos poucos gêneros alimentícios produzidos comercialmente para abastecimento local e como ponto de travessia dos gados vindos do interior de Pernambuco, Piauí e Ceará pelo Rio São Francisco em direção ao mercado consumidor baiano (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013)[5].

A partir dessa década, como destaca Andrade (1986, p. 44),

> [...] o uso da roda d'água, de moto-bombas e, após a instalação pela CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) da usina elétrica de Paulo Afonso, das eletrobombas, vem per-

[5] "[...] As terras situadas às margens do rio São Francisco, correspondentes aos atuais municípios de Juazeiro e de Petrolina, floresceram desde o período colonial dada a posição estratégica da área, o encontro dos caminhos terrestres, abertos pelos criadores de gado e bandeirantes, com a importante via fluvial" (RAMOS, 2005, p. 6-7).

Tabela 4
Projetos de irrigação na região de Juazeiro e Petrolina – 1968/2001

Projeto de irrigação	Ano de início de operação	Área irrigada (ha)
Bebedouro	1968	2.418
Mandacaru	1973	434
Curaçá	1978	4.397
Tourão	1979	10.454
Maniçoba	1980	4.317
Senador Nilo Coelho	1985	15.876
Ampliação Senador Nilo Coelho	2001	8.404
Total		**46.300**

Fonte: Adaptado de Damiani (2003, p. 80).

> mitindo a cultura irrigada da cebola, do tomate, de fruteiras e de outros produtos, garantindo aos proprietários ribeirinhos sensível elevação no nível de vida (ANDRADE, 1986, p. 44).

Ainda que anteriores à constituição da Sudene, a instalação da usina hidrelétrica de Paulo Afonso a partir de 1949, a jusante de Petrolina e Juazeiro, e o início da geração de energia em 1955, além da construção da ponte rodoferroviária Presidente Dutra (Figura 6), ligando Petrolina e Juazeiro em 1954 (RAMOS, 2005), permitiram a dinamização da economia local, favorecendo as cidades como polos regionais e a escolha da região para a implantação do Perímetro Irrigado de Bebedouro em 1968, como nos indica Correia, Araújo e Cavalcanti (2000, p. 2). Como se pode observar na Tabela 4, os projetos de irrigação correspondem atualmente a uma área de 46.300 hectares.

Iniciada com plantações sazonais tais como feijão, cebola, tomate, melancia e melão, a implantação dos perímetros irrigados surge como antepasso à industrialização regional, favorecendo a Juazeiro e Petrolina, que veem taxas de crescimento, principalmente da população urbana, dispararem, como mostra o Gráfico 1. Essa informação demonstra, ao contrário do que aparenta, a efetivação do modelo de produção agrícola adotado baseado na aplicação de tecnologia. O campo, desse modo, demanda a especialização da cidade, conforme aponta Santos (2008), tendo, por isso, que se urbanizar de maneira acelerada.

De maneira comparativa, Petrolina passa a superar Juazeiro em população a partir de 1991, coincidindo com uma sensível alteração na produção regional, que passa a ter como principal produto a fruticultura de exportação (com destaque para a manga e a uva de mesa), após um interstício do cultivo de tomate industrial[6], auxiliando na dinamização

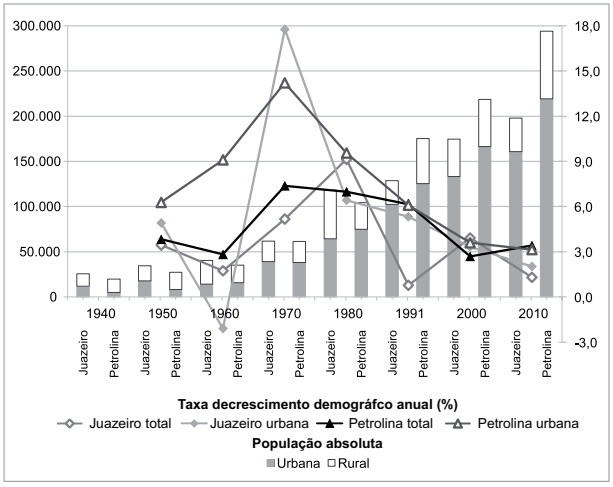


Gráfico 1
População absoluta urbana e rural e taxas de crescimento demográfico anuais total e urbana de Juazeiro e Petrolina – 1940 – 2010

Fonte: Elaboração própria a partir do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013).

[6] "[...] A fase do cultivo de tomate industrial desempenhou um papel crucial para os pequenos agricultores na sua aprendizagem sobre o manejo de plantios irrigados, possibilitando, inclusive, o início do cultivo de espécies perenes" (DAMIANI, 2003, p. 64).



Figura 3
Vista aérea dos projetos de irrigação ao longo do Rio São Francisco

Fonte: Fotografia de Queiroz (2010).

da região[7]. Damiani (2003) aponta como importante a implantação da fruticultura para o oferecimento de maiores ganhos para os pequenos produtores da região, assim como o aumento do emprego, sobretudo formal, nas plantações perenes.

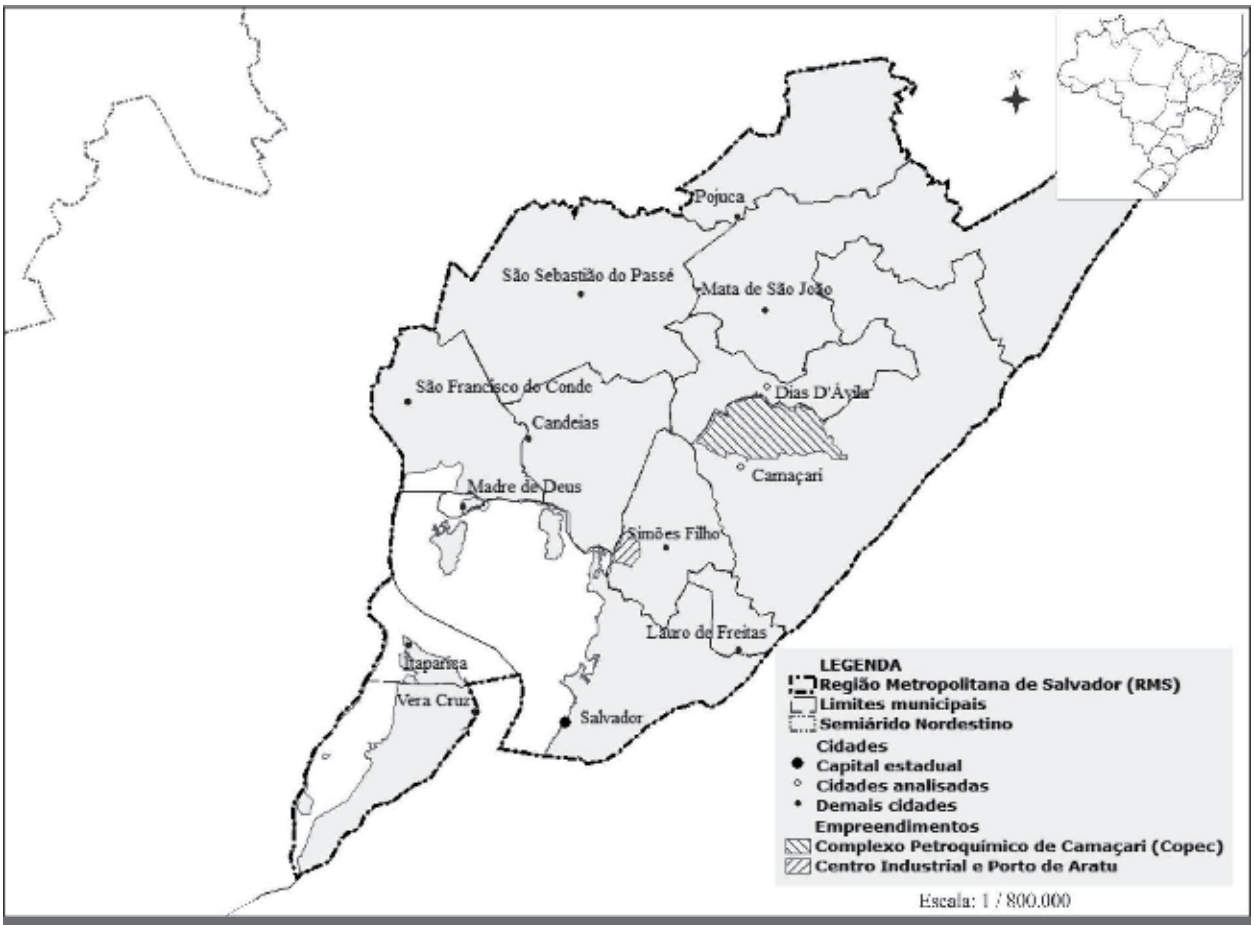
Ao contrário das expectativas delineadas pela Sudene, a região não recebeu somente imigrantes oriundos de outras partes do semiárido nordestino, recebendo também famílias do Sul e do Sudeste, que se inseriram em condições distintas daquelas da região (BARROS, 2007).

[7] Além da implantação da fruticultura, a influência de uma tradicional, porém progressista, família, a Coelho, que logrou ocupar importantes cargos nas esferas municipal, estadual e federal de governo foi importante para a obtenção de recursos e o sucesso dos projetos de irrigação na região de Juazeiro e Petrolina, como salienta Damiani (2003 , p. 49). "Já nas outras regiões do Nordeste não havia líderes 'progressistas' mas, ao contrário, as elites locais usualmente disputaram os benefícios oriundos do apoio federal e usaram de práticas clientelistas no uso dos recursos públicos".

Camaçari, Dias D'Ávila e o complexo petroquímico

Municípios pertencentes à Região Metropolitana de Salvador, Camaçari e Dias D'Ávila (emancipado do primeiro em 1985) estavam inseridos na lógica local da produção agrícola até meados da década de 1960, com a produção de coco, iniciada em 1920 e comercializada em Salvador (Cartograma 3). Também se destacavam como estância hidromineral e de veraneio, devido às águas minerais do então distrito de Dias D'Ávila e a aparência bucólica do restante do município de Camaçari (SOUZA, 2006) (vide figura 4).

Os primeiros investimentos ocorrem a partir de 1970, com a implantação do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec) pela Petroquisa e Copene, subsidiárias da Petrobras, desdobramento de outros investimentos orientados pela Sudene



Cartograma 3
Região Metropolitana de Salvador e o Complexo Petroquímico de Camaçari

Fonte: Elaboração própria a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013).

na Região Metropolitana de Salvador, tal como o centro industrial e o Porto de Aratu (SOUZA, 2006; ANDRADE, 2009).

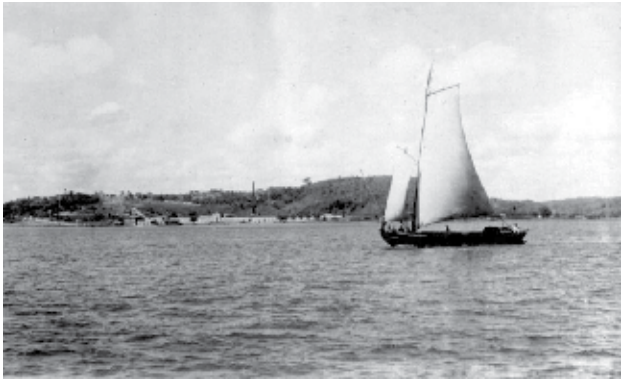
> Da perspectiva industrial, a ideia de se utilizarem complexos industriais como um instrumento de desenvolvimento econômico do Nordeste coadunava-se, em primeiro plano, com os objetivos estratégicos em nível nacional, de expansão industrial do país. A região passa a desempenhar de forma mais efetiva um importante papel na cadeia produtiva do país, ou seja, a especialização na produção de bens intermediários [...] que, de um lado, asseguraria a produção de excedentes exportáveis e, de outro, reforçaria a base do sistema industrial brasileiro (CARVALHO, F., 2008, p. 32).

Com a instalação das unidades de refino de petróleo do complexo, o município de Camaçari assistiu a um crescimento populacional expressivo. Como revela a Tabela 5, o município assistiu a um crescimento demográfico significante, duplicando entre 1950 e 1970, com taxas de crescimento anual próximas a 6%, e quase triplicando entre este último ano e 1980, alcançando 16,6% de taxa de crescimento anual no decênio.

> O início das obras de implantação do Copec, em 1972, acelerou as transformações sociais, urbanas e econômicas do município. Camaçari, que até a década de 1960 tinha pouca ou quase nenhuma integração com a economia baiana e nacional e cuja base econômica era voltada para as atividades primárias tradi-



a) Antiga prefeitura municipal



b) Veleiro na praia de Camaçari



c) Banhistas na praia de Camaçari

Figura 4
Camaçari na década de 1950

Fonte: Costa (1957 – Figura a); Faludi (1952 – figuras b,c).

Tabela 5
Evolução da população do município de Camaçari 1940 – 1991

Anos	População (habitantes)	Taxa de crescimento anual (%)
1940	11.188	-
1950	13.800	2,3
1960	21.849	5,8
1970	34.281	5,7
1980	91.315	16,6
1991	113.639	2,4

Fonte: Adaptado de Souza (2006, p. 82).

> cionais, começou a ter um papel importante no cenário econômico regional. A partir desse momento, inicia-se a transformação da bucólica paisagem [...] e da pacata vida levada na sede do município (SOUZA, 2006, p. 83-84).

Como destacado por Andrade (2009, p. 8), o processo de industrialização em consecução foi o indutor à fragmentação que culminou, como dito acima, na emancipação do então distrito de Dias D'Ávila do município de Camaçari, por meio da Lei Estadual nº 4.404, de 25 de fevereiro de 1985, uma vez que "a fragmentação do espaço urbano é uma forma de reduzir o convívio entre as diferenças sociais originadas pelo padrão de rendimento"[8].

Na atualidade, além de plantas fabris vinculadas à produção petroquímica, o Copec (Figura 5) tornou-se o "maior complexo industrial integrado do Hemisfério Sul [...] [com] mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de

[8] "O Plano Diretor (1974) classificava a separação como um dos fatores condicionantes e uma questão complexa, uma vez que o enclave estabeleceu uma 'separação física' entre os mesmos, 'dificultando-lhes a germinação'. Tal fato teve como consequência o movimento emancipatório iniciado em 1982 e que culminou com o desmembramento, a partir de Camaçari, que resultaria na criação do município de Dias d'Ávila em 1985" (ANDRADE, 2009, p. 8).



Figura 5
Vista de parte do Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec) em Camaçari – Bahia

Fonte: Prefeitura Municipal - Camaçari (2013).

atividade como indústria automotiva, de celulose, metalurgia do cobre, têxtil, fertilizantes, energia eólica, bebidas e serviços" (COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI, 2013).

TRANSFORMAÇÕES NA CONJUNTURA ECONÔMICA E A "EXTINÇÃO" DA SUDENE

As sucessivas mudanças nos planos econômicos nas décadas que antecederam a extinção da Sudene revelam o processo de degradação da superintendência, que também teve, no início da década de 1990, a falta de apoio governamental, caracterizada pela redução dos recursos destinados ao programa Finor. Com a redução da capacidade econômica, ocorreu a perda da legitimidade do programa perante os governos estaduais, fato que, de acordo com Carvalho (2001), também se relacionou ao momento histórico-econômico do governo federal, tendo como foco os planos econômicos que buscavam estabilizar a economia nacional.

O cenário que envolveu esse período relaciona-se a concepções neoliberais (de Estado mínimo, tendo as reformas trabalhistas, de desestatização e de abertura econômica), fator importante para explicar a redução dos investimentos e a extinção de projetos voltados ao desenvolvimento dessa região. Aliado a este cenário, as denúncias de corrupção levaram a uma crise de legitimidade e ao enfraquecimento gradativo da Sudene até sua extinção em 2001. Diniz (2009) considera três razões como responsáveis pelo esvaziamento da Sudene:

> A primeira foi o aniquilamento das propostas de reformas estruturais. Sem a reforma agrária, a estrutura de propriedade e exploração

> da terra continuou intocada. Com ela, os problemas de distribuição de renda e de melhoria das condições sociais. O segundo problema, pela drenagem dos recursos previstos no sistema de incentivos fiscais, ao ampliar a sua área de aplicação para a região amazônica, ainda em 1963, e para vários setores (turismo, reflorestamento) em todo o país, em anos posteriores. Em terceiro lugar, porque muitos projetos industriais aprovados nas primeiras etapas da Sudene tiveram funcionamento precário, levando ao encerramento das atividades. Em 1978, dos 763 projetos industriais que receberam incentivos, 104 estavam funcionando com problemas e 88 haviam sido paralisados. Não há clareza sobre as razões desses fracassos. Se por má concepção ou análise, se pela competição, ou se por erros ou desvios de conduta. Qualquer que seja a razão, o fechamento de muitas plantas acabou por desacreditar e desmoralizar a Sudene (DINIZ, 2009, p. 249).

A extinção da Sudene culmina na criação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), por meio da Medida Provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001 (BRASIL, 2001), que também extingue a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Em substituição à Sudene, a agência tinha como objetivo promover o crescimento e a integração inter e intrarregional do Nordeste brasileiro, bem como o progresso social, com base na disseminação do desenvolvimento sustentável na sua área de atuação (RIBEIRO, 2010).

Observa-se que, em um primeiro momento, se buscou retomar a questão regional, criando planos de desenvolvimento, como a proposta do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE) e do chamado Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, que substituiu o Finor. Apesar disso, não se pode relacionar as políticas de planejamento regional desses órgãos, pois detêm intencionalidades diferentes. Para Ribeiro (2010), não há proximidade entre ambas, pois foram concebidas em momentos diferentes, a partir de estudos e proposições distintas. Assim, enquanto a Sudene foi idealizada a partir de uma visão nacional, depois de um diagnóstico profundo, a Adene surgiu com um propósito reformista. Desse modo, com a agência há claramente uma mudança brusca na direção dos projetos e ações relacionados ao Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA NOVA OPORTUNIDADE COM O (RES)SURGIMENTO DA SUDENE?

O ressurgimento da Sudene, agora dentro da estrutura do Ministério da Integração Nacional, ocorreu em 2007, por meio da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007), com *status* de autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, com sede localizada na cidade de Recife (PE). Dentre os planos de ação, foi adotado um modelo baseado em planos de desenvolvimento, incentivos fiscais e fundos constitucionais e de desenvolvimento, sendo os seguintes instrumentos: Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).

A nova Sudene tem como objetivo formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste que estejam combinados com o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), articulados com os planos nacionais, estaduais e municipais, atuando como agente do sistema de planejamento e gestão do orçamento federal. Dentre as atribuições da superintendência está elaborar o Plano de Desenvolvimento Regional para o Nordeste, considerando o impacto social e econômico dessas políticas.

De acordo com Silva e Almeida (2011), a nova Sudene, diferentemente da antiga, foi concebida com um nível de envolvimento pequeno na análise direta dos projetos individuais, que seria de

responsabilidade dos bancos financiadores, restringindo-se aos casos de concessão de incentivo fiscal. Para os autores, a grande inovação da proposta atual é a sua competência no Ministério da Integração Nacional e em outras esferas de gestão pública na elaboração do PRDNE, o que lhe possibilita formas estratégicas de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades regionais.

Apesar de estabelecidas as novas atribuições e os mecanismos de gestão e controle, questiona-se ainda a execução do planejamento proposto. Apenas em 2011 foi elaborado o instrumento que estabelece objetivos, prioridades e metas para o desenvolvimento sustentável da região. O PRDNE, apresentado em junho de 2011, com o subtítulo de "elementos para a discussão", traz seis diretrizes principais que norteiam as políticas de desenvolvimento regional para a Região Nordeste, são elas: 1) *educação para a inclusão e o desenvolvimento*, que tem em seus objetivos erradicar o analfabetismo e ampliar o acesso ao ensino superior; 2) *promover a competitividade do setor produtivo regional*, com destaque para a modernização do parque industrial e o fortalecimento das pequenas e médias empresas; 3) *prover o Nordeste de infraestrutura física urbana, de transportes e de comunicação*, necessárias à sua integração interna e externa; 4) *fortalecer vetores que promovam a sustentabilidade socioambiental*, considerando a necessidade de ampliação dos serviços sociais básicos e a recuperação de áreas degradadas; 5) *transformar a cultura nordestina em vetor de inclusão social e desenvolvimento*, visando fomentar o turismo cultural e a produção e acesso à cultura a partir do uso de meios digitais, e 6) *fortalecer os governos estaduais e municipais como agentes de desenvolvimento*, para isso o caminho seria promover a profissionalização do serviço público e difundir a qualidade e a excelência na gestão pública estadual e municipal. Como princípios norteadores, o documento coloca: a *participação social*; a *seletividade*, buscando sempre as ações prioritárias; a noção de que *não há um modelo único de desenvolvimento* e que, por isso, não se espera que a região seja igual a qualquer outra, mas que tenha as suas particularidades consideradas na organização dos planos de desenvolvimento; além da *integração vertical e horizontal* relacionada à integração das políticas públicas nos níveis de gestão federal, estadual e municipal.

Com base em estudos realizados e informações disponíveis a respeito da infraestrutura logística e da estrutura econômica e urbana, também se definiu o que se denominou de três Nordestes: *Nordeste litorâneo, Nordeste semiárido* e *Nordeste centro-nortista*. Além disso, foram estabelecidas sete macrorregiões e, na escala sub-regional, foram definidos 118 territórios com base em dados sociais e econômicos compatibilizados também com aspectos ambientais e de identidade cultural. Desse modo, fica evidente que, além de metas, o PRDNE procura lançar uma proposta de regionalização que visa integrar as demandas e prioridades regionais aos projetos estaduais e da Sudene.

Analisando as propostas verifica-se que as principais críticas ao modelo de desenvolvimento proposto para a nova Sudene chamam a atenção para a necessidade de projetos que vão além de uma política de incentivos fiscais, com a implementação de políticas sociais voltadas para as áreas de educação, saúde e desenvolvimento social (SILVA; ALMEIDA, 2011). Nesse sentido, a proposta de ação envolve aspectos econômicos, sociais e culturais e procura inserir a região como mais um centro dinâmico do país. Os vários desafios lançados até 2029 consideram o contexto atual do Brasil, com a retomada da questão do planejamento territorial e dos grandes projetos estratégicos elaborados via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Do ponto de vista social, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013), a região detém indicadores muito baixos, com nove estados entre as dez piores classificações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, além de elevados índices de mortalidade infantil e de analfabetismo. Nessa perspectiva, até 2029 a participação no PIB nacional sairia de 13,1% para

15,8%, a mortalidade infantil cairia de 32,10% para 15,30%, o analfabetismo seria reduzido de 18,3% para 8,4%, assim como a população em nível de pobreza passaria de 32,51% para 14%.

De acordo com o último Relatório de Conjuntura Econômica produzido pela Sudene, o Nordeste mostrou um pequeno crescimento na participação das exportações do país, de 7,15% em 2011 para 7,79% no primeiro semestre de 2012, sendo que apenas Bahia, Alagoas, Piauí e Rio Grande do Norte obtiveram superávits nas suas operações comerciais entre os meses de janeiro e junho de 2012 (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 2012). Do ponto de vista econômico verifica-se que a Região Nordeste participa muito pouco do PIB brasileiro, sendo ainda muito dependente das importações que cresceram 23,05% em 2012 em comparação ao mesmo período de 2011. As principais demandas regionais são da cadeia de combustíveis e da indústria química, enquanto que as exportações relacionam-se ao *fuel oil* produzido exclusivamente pela Bahia, à soja e aos "outros açúcares de cana", produzidos principalmente pelo estado de Alagoas. Quanto aos empregos, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, houve uma redução em 2012 na oferta de vagas de 65,7%, em comparação ao mesmo período de 2011. O pior desempenho vai para a indústria de transformação, tendo o estado de Alagoas como o que mais eliminou postos de trabalho nessa área, com 39.345 vagas (SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, 2012).

Diante desse quadro, algumas questões ainda soam como expectativas para essa nova Sudene, tais como: um planejamento estratégico que integre políticas e programas em uma proposta de planejamento regional; a regionalização dos planos e programas federais de acordo com um planejamento que busque o desenvolvimento regional, considerando as demandas estaduais; a disponibilidade de meios e investimentos para que as metas sejam efetivamente alcançadas.

Os desafios propostos à nova Sudene são imensos, fato que coloca à prova este novo modelo de gestão de recurso e planejamento regional que parece ainda carecer de ações que resultem em indicadores sustentáveis, inserindo-a como mais um centro dinâmico e não como "região problema".

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Elesbão de; ARAÚJO, José Bezerra de. Um modelo exaurido: a experiência da Sudene. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, RS, v. 12, n. 23, p. 97-128, nov. 2004. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Maria da Conceição Borges. O uso do território no contexto da reestruturação produtiva: o caso do pólo industrial de Camaçari. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. *Actas*... Montevideo, 2009. p. 1-14. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area05/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

AZZONI, Carlos Roberto. Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 341-393, set./dez. 1997. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/feaecon/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

BARROS, Edonilce da Rocha. *Arranjos socioprodutivos da agricultura familiar e adaptação a uma dinâmica territorial de desenvolvimento*: o caso dos Perímetros de Irrigação no Vale do São Francisco, semiárido brasileiro. 2007. 366 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas)– Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BIBLIOTECA NACIONAL (BR). [*4 crianças*]. 1877-1879. 1 fotografia. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BOLETIM CONJUNTURAL: Comércio Exterior. Recife: SUDENE, 2012. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/boletins-conjunturais/>. Acesso em: 13 fev. 2013.

BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1959. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. Medida Provisória nº 2.146-1, de 4 de maio de 2001. Cria as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da

Amazônia – SUDAM e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, 7 maio 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

BRASIL. Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959. Lei complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007. Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, áreas de atuação, instrumentos de ação; altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e a Medida Provisória nº 2.156, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 66, de 12 de junho de 1991, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, 4 jan. 2007. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Desenvolvimento Regional para a Integração Nacional. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 1., 2012, Brasília. *Anais*... Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2012. 77 p.

BRASIL. Ministério do Interior. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*: estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. 2. ed. Recife: Ministério do Interior, 1967.

CAMAÇARI. Prefeitura. *Município*: economia. Camaçari, BA: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: <http://www.camacari.ba.gov.br/economia.php>. Acesso em: 20 fev. 2013.

CARVALHO, Fernanda Ferrário de. *A extinção da Sudene*: um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil. 2006. 246 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006. Mimeografado.

_____. Sudene: do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRAJETÓRIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL, 1., 2008, Fortaleza. *Anais*... Fortaleza: UFC, 2008. p. 26-43. Disponível em: <http://www.ric.ufc.br/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008). *Revista Eletrônica Economia Política do Desenvolvimento*, Maceió, v. 1, n. 2, p. 7-40, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

COMITÊ DE FOMENTO INDUSTRIAL DE CAMAÇARI. *O Polo Industrial de Camaçari*. 2013. Disponível em: <http://www.coficpolo.com.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CORRÊA, J. A. *Secca de 1877-78 Ceará*: [órfão]. 1877-1878. 1 fotografia. Disponível em: < http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Anais_BN&pasta=&pesq=anais%20 1994%20vol%20114>. Acesso em: 10 mar. 2013.

CORRÊA, J. A. *Secca de 1877-78 Ceará*: [filho e pai]. 1877-78. 1 fotografia. Disponível em: < http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=Anais_BN&pasta=&pesq=anais%20 1994%20vol%20114 >. Acesso em: 10 mar. 2013.

CORREIA, Rebert Coelho; ARAÚJO, José Lincoln Pinheiro; CAVALCANTI, Érico de Barros. A fruticultura como vetor de desenvolvimento: o caso dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 38., 2000, Rio de Janeiro. *Anais*... Rio de Janeiro:[s.n.], 2000. p. 1-8. Disponível em: <http://www.emanuel.acagea.net/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

COSTA, José. *Antiga prefeitura municipal*: Camaçari, BA. 1957. 1 fot.:p&b. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

COSTA, Wanderley Messias da. *O estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

DAMIANI, Octavio. Diversificação agrícola e redução de pobreza: a introdução no Nordeste brasileiro de produtos agrícolas não tradicionais de alto valor e seus efeitos sobre pequenos produtores e trabalhadores rurais assalariados. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 42-84, 2003. Disponível em: <http://es.scribd.com/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

DINIZ, Célio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/ago. 2009.

FALUDI, Stivan. *Praia em Camaçari (BA)*: [banhistas na praia em Camaçari]. 1952. 1 fot.: p&b. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. *Veleiro em Camaçari (BA)*. 1952. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

FURTADO, Rosa Freire D'Aguiar. Introdução: a batalha da Sudene. In: FURTADO, Celso. *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-64)*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. p. 7-19.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Ipeadata*. 2013. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

JABLONSKY, Tibor. *Cidade de Juazeiro a partir do Rio São Francisco*. 1957. 1 fot.: neg.; p&p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. *Ponte Presidente Eurico Gaspar Dutra em Juazeiro (BA)*. 1957. 1 fot.: neg.; p&b Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. *Cidade de Petrolina (PE)*. 1962. 1fot.; p&b. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

JABLONSKY, Tibor. *Porto de Juazeiro (BA)*. 1962. 1 fot.: neg.; p&b. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

QUEIROZ, Tiago. *Imagem aérea das plantações no Vale do São Francisco*. 2010. 1 fotografia. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/olhar-sobre-o-mundo/vale-do-sao-francisco/>. Acesso em: 10 mar. 2013.

RAMOS, Soraia de Fátima. Uso do território brasileiro e sistemas técnicos agrícolas: a fruticultura irrigada em Petrolina (PE) / Juazeiro (BA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto. *Anais*... Ribeirão Preto, SP: [s.n.], 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

RIBEIRO, Carine Pereira. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado*: influência no debate sobre a questão regional brasileira. 2010. 129 f. Monografia (Bacharelado em Economia)–Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292769>. Acesso em: 20 fev. 2013.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio-técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: USP, 2008.

SILVA, Alexandre Manoel Angelo da; ALMEIDA, Mansueto. Desafios de uma nova política regional para o Nordeste. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, Brasília, n. 5, p. 52-58, jun. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2013.

SOUZA, Marcos Rogério de. Imóvel rural, função social e produtividade. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR,* Curitiba, v. 43, n. 0, p. 1-19, 2005. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

SOUZA, José Gileá de. *Camaçari, as duas faces da moeda*: crescimento econômico x desenvolvimento social. 2006. 235 f. Dissertação (Mestrado em Análise Regional)– Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Salvador, Salvador, 2006. Disponível em: <http://tede.unifacs.br/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. *Desempenho econômico da Região Nordeste do Brasil 1960-97*: síntese. [Recife]: SUDENE, 1999. Disponível em: <http://www.sudene.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2013.

_____. *Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste*. Recife: SUDENE, 2011. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2013.

Artigo recebido em 14 de maio de 2013
e aprovado em 10 de junho de 2013.